



Vol 3, Nº 7 (abril/abril 2010)

**A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO
DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DA CHAPADA
DIAMANTINA - BAHIA**

**LA IMPORTANCIA DE LA ACTIVIDAD TURISTICA EM EL
DESSAROLLO LOCAL: EL CASO DE CHAPADA DIAMANTINA -
BAHIA**

**THE TOURISTIC ACTIVITY VALUE ON THE LOCAL
DEVELOPMENT: THE CHAPADA DIAMANTINA CASE - BAHIA**

Dante Severo Giudice¹

Rosemeri de Melo e Souza²

¹Geógrafo/Geólogo, Mestre em Geografia pela UFBA, Doutorando em Geografia pelo NPGeo/UFS. Professor Assistente do Curso de Geografia do ICH/UCSAL.

²Geógrafa, Doutora pela UNB, Professora Associada do DGE/NPGeo/ e PRODEMA/UFS. Líder do Geoplan.

Resumo

A Chapada Diamantina, situada na região central do Estado da Bahia, guardou durante praticamente meio século, suas potencialidades turísticas que

englobavam o legado da época áurea do diamante e os atrativos naturais. A indústria do turismo vem sendo incrementada em todo o mundo e desta forma vem se destacando como propulsora do desenvolvimento local, incentivada pelos poderes públicos nas várias esferas (mundial, regional e local), através de vários programas. No Brasil isso não é diferente, várias regiões, dentre elas a Chapada Diamantina, vem se beneficiando de tal incentivo. A abordagem parte da consideração do caráter político e geográfico do desenvolvimento turístico como um fenômeno que, no decurso das últimas décadas do século XX, vem afetando sensivelmente as áreas de destino e a maneira como os governos, particularmente nas esferas subnacionais, assimilam tal processo como necessidade e/ou oportunidade de “desenvolvimento econômico enraizado no próprio território”. Neste contexto de desenvolvimento local, é fundamental a reflexão sobre conceitos básicos que, em última análise, estão diretamente implicados no cenário formado pela própria dinâmica da vida e do ambiente do entorno. Abrangendo assim, não só fatores econômicos, como também a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas, por intermédio do maior acesso aos direitos básicos dos cidadãos, através da participação e do respeito aos limites dos recursos naturais, pensando em gerações futuras.

Palavras chaves: desenvolvimento local, turismo, gestão local, Chapada Diamantina.

Resumen

La Chapada Diamantina, situada en la región central del Estado de Bahía, conservó, durante prácticamente medio siglo, sus potencialidades turísticas que englobaban el legado de la época de oro del diamante y de los atractivos naturales. La industria del turismo está siendo incrementada en todo el mundo y de esta manera se va destacando como propulsora del desarrollo local, incentivada por los poderes públicos en varias esferas (mundial, regional, y local) a través de diversos programas. En Brasil eso no es diferente y varias regiones, dentro de ellas la Chapada Diamantina, se ven beneficiadas con tal incentivo. El abordaje parte de la consideración del carácter político y geográfico del desarrollo turístico como un fenómeno que, en el curso de las últimas décadas del siglo XX,

han afectado sensiblemente las áreas de destino y la manera como los gobiernos, particularmente en las esferas subnacionales, asimilan tal proceso como necesidad y/u oportunidad de “ desarrollo económico enraizado en el propio territorio”. En este contexto de desarrollo local, es fundamental la reflexión sobre conceptos básicos que, en último análisis, están directamente implicados en el escenario formado por la propia dinámica de la vida y del ambiente del entorno .Abarcando así, no solamente factores económicos, sino también la mejora en la calidad de vida de las poblaciones involucradas, por intermedio del mayor acceso a los derechos básicos de los ciudadanos, a través de la participación y del respeto a los límites de los recursos naturales, pensando en las generaciones futuras.

Palabras claves: desarrollo local, turismo, gestión local, Chapada Diamantina.

Abstract

The Chapada Diamantina region is located at the center portion of Bahia state and has kept during almost a half century its touristics potentiality which covered all the most important diamont time and its natural atractives. The tourism industry has being increasing all around the whole world and such way it come up to be a main piece for the local development, encouraged public powers in several escales like worldwide, regional and local ones, throughout several programs. In Brazil is not different by the way and in some regions, like Chapada Diamantina which i gaining such kind of incentive, specially by state government which looks for to take out the region from its economical stagnation whcih was about to happens since the mining cycle. Since the 70's the goverment state decide to invest in using such potentialities through political state actions which characterize in such way the public political aspect and the whole tourims dynamical in Brazil and in Latin America as well. The real approach comes from the treatment gives to the political geographical aspect of touristic development as a phenomenon in what since the last decades from the XX Century i come to implies in terms of sensibility the real destinations areas and the way like the goverment, paticularly on the subnational party where they can assimilate such process as a necessity and or opportunity of economical development whcih is part of its own territory. On this context the local development is quite basic the thinking over the basic concepts which are by the

way towards connected in a scenario made up by dynamicity of life itself and from the environment around. To covering up in this way not only by the economical factors but also by the improvement in a population quality of life involved with a most wanted access to the basic rights from the citizens involved, throughout the participation and concern to the research natural limits, thinking of on the generations to come.

Keywords: local development, tourism, local administration, “Chapada Diamantina”.

Introdução

Em função do incremento da indústria do turismo, resolvemos desenvolver este artigo, com o objetivo de analisar/avaliar a importância do turismo no desenvolvimento local. No Estado da Bahia, na região da Chapada Diamantina (Figura 1), especificamente área de nosso particular interesse, o turismo vem se destacando como propulsor do desenvolvimento local, graças principalmente ao incentivo do governo estadual, objetivando tirar a região da estagnação econômica que aconteceu com o fim do “ciclo da mineração”.

A partir da década de 1970, o governo do Estado decidiu investir no aproveitamento destas potencialidades através da articulação das políticas estaduais que caracteriza, grosso modo, o contexto das políticas públicas e a dinâmica do turismo no Brasil e na América Latina.

Neste contexto de desenvolvimento local, é fundamental a reflexão sobre conceitos básicos que, em última análise, estão diretamente implicados no cenário formado pela própria dinâmica da vida e do ambiente do entorno. Abrangendo assim, não só fatores econômicos, como também a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas, por intermédio do maior acesso aos direitos básicos dos cidadãos, através da participação e do respeito aos limites dos recursos naturais, pensando em gerações futuras.

**FIGURA 1
LOCALIZAÇÃO**



Conceituando o Desenvolvimento Local

Objetivando conhecer melhor o que é *Desenvolvimento Local* em sua essência, podemos começar buscando entender o significado de *desenvolvimento*” que FERREIRA (...) define como “1. Ato ou efeito de desenvolver (-se) (...). 2. Adiantamento, crescimento, aumento, progresso. 3. Estágio econômico, social e político de uma comunidade, caracterizado por altos índices de rendimento dos fatores de produção, i.e., os recursos naturais, o capital e o trabalho”. Mas o que seria mesmo o ato ou efeito de desenvolver ou desenvolver-se?

No primeiro sentido, o ato ou efeito de desenvolver, dá margens a várias interpretações, tais como o chamado desenvolvimento no local, onde a localidade é somente a sede do desenvolvimento, sem que haja um comprometimento com a comunidade, com a sua cultura e identidade, ou, às vezes até buscando sua participação, mas limitando o desenvolvimento simplesmente ao fazer para acontecer, sem uma preocupação com a sustentação.

Dentre as ações desenvolvimentistas, podemos destacar o Plano Marshall, no fim da Segunda Guerra Mundial, que visava desenvolver e reconstruir a Europa, ainda que impondo uma condição paternalista, assistencialista, e, sobretudo imperialista, nas ações empregadas. De acordo com MARTINS (2002:52):

“O termo *desenvolvimento* tem sido associado à noção de progresso material e de modernização tecnológica. Sua promoção, mediante o desrespeito e a desconsideração das diferenças culturais, da existência de outros valores e concepções, já teria funcionado como “Cavalo de Tróia” que, vestido da sedução do progresso, teria carregado em seu interior o domínio e a imposição culturais que desequilibram e abalam as sociedades.”

Existem ainda outros sentidos, o primeiro é a interpretação do desenvolvimento para o local, onde “os agentes externos” são os promotores do desenvolvimento e a comunidade se envolve participando num sentido de participação generalizada, e o segundo é o desenvolvimento local, conceituado por ÁVILA (2000 : 69), como sendo:

“O Núcleo conceitual do *desenvolvimento local* consiste no efetivo desabrochamento – a partir do rompimento de amarras que prendem as pessoas em seus ‘status quo’ de vida – das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’ (portanto com interesses comuns e situada em (...) espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica), no sentido de ela mesma – mediante ativa colaboração de agentes externos e internos – incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar(diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade – assim como a ‘metabolização’ comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, direta e cotidianamente lhe dizem respeito.”

E também por MARTINS (2002 : 51), quando afirma que:

“Está claro que aspectos fundamentais que identificam tal mudança de paradigma chegam até nós nas leituras e nas discussões sobre desenvolvimento local, que é muito mais do que um conceito. Entende-se aqui que a dificuldade de entender (por conseguinte de aceitar) o desenvolvimento local é decorrente de concepções e posturas pouco ou nada conciliáveis e mesmo opostas ao estabelecimento de uma nova cultura do desenvolvimento.”

É de fundamental importância uma revisão de posturas, onde não haja espaços para fetiches e radicalismos de qualquer espécie, nem tampouco para concepções restritas de cultura, para que o conceito de desenvolvimento adquira novo significado. Neste sentido, o processo endógeno denota que a realidade do *desenvolvimento local*, é um processo que parte da iniciativa local, dinamizando e solidarizando a comunidade, na busca do novo que levará a descoberta das potencialidades locais, derrubando o mito de que o “progresso” só acontece por iniciativas e modelos exógenos.

No entanto, como afirma FREY (2003:165):

“Faltam, particularmente nos países em desenvolvimento, condições e ferramentas adequadas de gestão para implementar iniciativas afetivas de desenvolvimento local, capazes de promover um desenvolvimento sustentável no âmbito das comunidades locais, respeitando as exigências da justiça social. Faltam estruturas e instituições de governança local apropriadas para estimular a ação coletiva e articular os diferentes atores locais em torno de objetivos comuns de desenvolvimento local”.

Essa nova concepção de *desenvolvimento*, implica a quebra de um paradigma que se formou através dos tempos, vindo da ideologia capitalista, de concepção “mecanicista fragmentária”, para um outro de concepção “holística-integrada” (CAPRA apud Martins, 2002:57). Assim sendo, a conceituação de um novo modelo de desenvolvimento deve englobar além da integração e da sustentação, também participação e solidariedade comunitária do próprio local enquanto

espaço físico, e de sentimento de “pertencimento” ao local, pois como afirma MARTINS, o simples fato de participar não mostra o grau de envolvimento. De acordo com o referido autor (2002:53):

“A participação não pode ser vista como um mero requisito metodológico na estratégia de sensibilização ou conscientização popular. Ela é muito mais do que um atributo do diagnóstico ou um recurso da ação planejadora. Negligencia-se a participação mesmo quando se empreendem todos os esforços em oferecer às pessoas a oportunidade ampla e irrestrita de participar. O esvaziamento de uma reunião pode não expressar desinteresses, mas ser um indicativo importante de que o seu conteúdo não foi perfeitamente entendido ou aceito. Neste sentido, participativo não é o processo em que apenas se assegura a oportunidade da participação, mas aquele que a promove em todos os sentidos, porque nela deposita sua própria condição de vitalidade. Isso significa acreditar muito mais nas pessoas do que estamos acostumados, possibilitando e condicionando sua participação qualitativa e não apenas quantitativa”.

Assim, fica evidente que a comunidade tem papel preponderante no desenvolvimento local, e que “o verdadeiro diferencial deste desenvolvimento não se encontra em seus objetivos (bem estar, qualidade de vida, endogenia, sinergias, etc.), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento” (MARTINS, 2002:52). Fica desta maneira evidenciado o quão complicado será o caminho para este estágio, tendo em vista que vivenciamos na atualidade, um mundo voltado para idéias de um “capitalismo selvagem”, de intensa competitividade por bens, e que caminha para um momento de ruptura, pela própria necessidade de desprendimento, dentro de um contexto social-comunitário, onde o indivíduo define seu destino, devendo desta forma procurar, em seu interior, as formas para lutar de forma participativa, conjunta e solidária, contra tudo aquilo que não está de acordo, procurando valorizar a si próprio e seu território. Desta forma, a solidariedade comunitária como resultado de um processo de desenvolvimento, é uma das bases para que o ser humano seja fortalecido, na busca do pleno bem estar e da harmonia.

Por outro lado, o contexto da globalização obriga o estabelecimento de processos eficazes de manutenção de um alto nível de competitividade, não somente das empresas, mas do sistema econômico total. Este requisito baseia-se na necessidade de conquistar vantagens competitivas que permitam a ampliação de mercados e/ou representam a defesa à exposição competitiva determinada pela abertura do mercado. Assim, o modelo de arranjos produtivos (APLs) aparece e vem sendo analisado como um mecanismo que vem a contribuir para o desenvolvimento local. Os APLs representam redes de empresas ligadas pela mesma cadeia produtiva, fortemente interdependentes e intensamente articuladas. Essas empresas são integradas em sistemas colaborativos de produção e inovação, formando parcerias e alianças estratégicas. As empresas organizadas dessa forma estão em melhor posição competitiva do que aquelas que atuam de forma isolada. Segundo PORTER (2000:20):

“Arranjo produtivo local, sistema produtivo local ou ainda cluster, são termos utilizados para representar aglomerados de atividades produtivas, localizadas em determinado espaço geográfico, que possuem grande afinidade econômica e são desenvolvidas por empresas autônomas de pequeno, médio e até de grande porte, intensamente articuladas, formando um ambiente de negócios onde prevalecem relações de recíproca confiança entre as diferentes partes envolvidas.”

Retomando-se o conceito de desenvolvimento local, pode-se com maior clareza compreender o sentido de solidariedade neste processo e observar que ela não é simplesmente a cultura da ajuda aos mais carentes, mas sim, uma ação conjunta que visa combater os problemas que causam o mal-estar. Desta forma, seria a ajuda, a união e a participação de todos em um território, contando para isso com a contribuição de agentes externos (exógenos), para passar de um estado ruim para outro melhor, uma vez que crescem novas formas de solidariedade que complementarão, reforçarão, corrigirão, ou até substituirão aquelas ações de solidariedade e de parceria que estão sendo levadas a termo.

É evidente que território e territorialidade tem muita importância neste contexto. Como território entende-se, segundo LEMOS et. al. (2003:3):

“o espaço socialmente construído, dotado não apenas dos recursos de sua geografia física, mas também da história construída pelos homens que nele habitam, através de convenções de valores e regras, de arranjos institucionais, que lhes dão expressão, e de formas sociais de organização da produção. Como espaço social, o *território* é um campo de forças políticas conflituosas, com estruturas de poder e dominação. Assim, o território é tanto *lócus* de produção de bens e acumulação de capital como *lócus* de construção de arranjos institucionais do poder instituído, mas mutante, que abriga conflitos de interesses e formas de ação coletiva e coordenação”.

E como territorialidade, segundo HAESBAERT (2004:87): “o conjunto de relações estabelecidas pelo homem enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade através do auxílio de mediadores ou instrumentos”.

Em síntese, território seria um local no planeta onde uma comunidade tomou posse e desenvolveu suas relações culturais, sociais, comunitárias e ambientais, e territorialidade seria o sentimento de posse dessa comunidade pelo local.

Retornando mais uma vez o conceito de desenvolvimento local, vê-se o território como a base do desenvolvimento, e a comunidade, e a comunidade, através das características intelectuais, culturais, ambientais e de trabalho que lhes são peculiares, será o agente e o beneficiário do desenvolvimento, como afirma MARTINS (2002: 52-54):

“Implícita no conceito de desenvolvimento local está obviamente uma questão de escala territorial. Quando se fala de “local”, está-se referindo à escola das inter-relações pessoais da vida cotidiana, que sobre uma base territorial constroem sua identidade”.

Por esta ótica, a territorialidade é importante meio de se atingir os objetivos do desenvolvimento local. Acreditar em seu território, conhecer suas potencialidades, cultivar o sentimento de pertencimento a um espaço-território, são fontes de motivação da população.

Outro fato importante a ser lembrado são os dinamismos existentes nos territórios e entre os territórios, pois eles fomentam o desenvolvimento e a sinergia, ou seja a troca de energia entre as localidades, dando maior opção de enfrentamento dos problemas e adversidades sociais existentes, pois desenvolvimento deve ser encarado como uma forma de combate a pobreza.

Desenvolvimento local e a construção do social

O desenvolvimento econômico local de uma comunidade depende de fatores relacionados às pessoas envolvidas, seja de natureza urbana ou rural, e no tipo de empreendimento econômico que melhor atenda a estas comunidades. É necessário que os governos locais ajudem nesta soma de fatores para que os resultados sejam satisfatórios (HELMSING, 2001).

O desenvolvimento econômico local vem tendo grande impulso no Brasil, e conseqüentemente tem contribuído para a construção do social, principalmente a partir da década de 1990. Segundo AMARAL FILHO (2002:15):

“a estratégia de desenvolvimento de sistema produtivo (econômico) local, não importa qual seja a nomenclatura (distrito industrial, cluster, ou entorno inovador) te ganho uma revelada preferência da parte das políticas públicas de desenvolvimento regional e local, com mais ênfase nos países desenvolvidos que nos países subdesenvolvidos”.

Para COELHO (2000:1), ao se fazer uma análise das experiências mais significativas de desenvolvimento econômico local, podem ser identificados três modalidades de ação local:

“Levando-se em consideração alguns aspectos básicos que as diferenciam, a primeira modalidade apresenta um desdobramento modernizador de formas de atuação tradicionais na área urbanística ou político-administrativa; a segunda modalidade refere-se aquelas experiências que vêm ancoradas em ações locais de geração de trabalho e renda; e a terceira modalidade são experiências de constituição de patos territoriais e de redes de desenvolvimento econômico local”.

Ainda segundo COELHO (2000:2), a terceira modalidade de ação é a que mais se aproxima do que ele define como desenvolvimento econômico local, por envolver elementos constituintes essenciais. Assim, considera tal desenvolvimento como:

“a construção de uma ambiência produtiva inovadora, na qual se desenvolvem e se institucionalizam formas de cooperação e integração das cadeias produtivas e das redes econômicas e sociais, de tal modo que ele amplie as oportunidades locais, gere trabalho e renda, atraia novos negócios e crie condições para um desenvolvimento humano sustentável”.

Fica evidente que o termo desenvolvimento local passou a ser vinculado à formas de assistencialismo, sem a real preocupação com uma dimensão maior, mais abrangente, que vise um desenvolvimento mais integrado e sustentável, sendo que para tal se faz necessário o envolvimento da vertente ambiental, social e ético-política. Assim, torna-se essencial que se pense uma nova institucionalidade do local com base em quatro ambiências principais, a econômica, a ecológica, a social e a política, muito embora elas estejam interconectadas.

Conforme enfatiza COELHO (2000:1) o foco estratégico do desenvolvimento econômico local, tem uma especificidade e uma intencionalidade. A especificidade é por ele considerada, o fato de sempre ter sido pensado desenvolvimento econômico num sentido amplo, dentro das esferas federais, e intencionalidade devido ao fato do desenvolvimento local aparecer como resposta da sociedade as mudanças, criando sujeitos sociais locais com potencial de transformar, que terminam por tornar-se promotores do desenvolvimento.

COELHO (2000:2) ressalta que “a análise dessas experiências deve ser feita numa visão sistêmica, para que não fiquemos num debate pendular entre o local e o global, ou ainda, entre fatores endógenos e exógenos”. Se bem que, segundo HAESBAERT (1999:25), eles se interpenetram, e essa dinâmica local-global, pode:

“envolver desde circuitos globais ‘paralelos’ ou não integradores (para quem está fora dos seus circuitos), até circuitos globais integradores, como o de um

valor ou hábito local que é projetado para vários outros grupos ao redor do mundo”.

Podemos considerar que o desenvolvimento local é de grande importância na construção do social e que traduz uma estratégia territorial diante do impacto de fragmentação econômica e sócio-espacial gerada pelas novas redes e fluxos econômicos. Assim, a dimensão territorial se expressa num caminho de construção social no qual se desenvolvem formas distintas de cooperação.

Como destaca COELHO (2000:10-11), o desenvolvimento local deve ser sempre pensado como um pacto territorial, onde a idéia-força de desenvolvimento e alta mobilidade de recursos locais se fazem presente, tendo como significando:

“uma estratégia integrada de instituições locais no enfrentamento da fragmentação territorial e exclusão econômica, social e cultural; fortalecimento de lideranças locais, tanto comunitárias e sindicais como empresariais; criação de uma identidade e um sentimento de solidariedade social e territorial que rompam com o individualismo exacerbado; fortalecimento de um controle social e de uma cultura de responsabilidade pública; mobilização de diferentes culturas criando redes e uma interconectividade que opera uma dimensão coletiva e quebra o isolamento; mobilização de saberes locais criando uma cultura de projetos que quebra com a dependência a agentes externos” .

Desta forma, se faz necessário compreender que os processos de desenvolvimento local são construídos historicamente, e é uma atividade social, da qual fazem parte vários atores sociais, que compõem uma comunidade heterogênea e segmentaria, mas que ao discutir os problemas locais, consolidam a identidade e o território enquanto sujeitos sociais.

Turismo e desenvolvimento local

O crescimento do setor terciário aliado a uma nova divisão social, técnica e territorial do trabalho, são uma tendência da economia mundial na atualidade. Por

esta razão as atividades do turismo se impõem e se apresentam com um novo perfil. A partir dos anos de 1960, a indústria do lazer e turismo é dinamizada, mas dando ênfase a vertentes mais ligadas ao turismo cultural, e ao ecoturismo. Com o advento do PNMR – Plano Nacional de Municipalização do Turismo, na década de 1990, são delineadas as geopolíticas que vão orientar/sistematizar o setor, voltando o enfoque para as ações locais e envolvendo a reorganização de espaços, a questão ambiental e a gestão do território. Este PNMT evoluiu para PNRT – Programa Nacional de Regionalização do Turismo, e posteriormente para a Programa de Roteirização, mas que na verdade tem a mesma essência.

Entretanto o turismo não representa uma categoria de análise, pois não possui ainda referencial e, portanto autonomia que permita individualiza-lo, a fim de se proceder a um estudo isolado da atividade, e por não ter ainda metodologia própria, só é possível analisá-lo dividindo-o em sub-sistemas. Assim, o turismo não é técnica nem ciência com independência e faz uso de princípios e recursos dos mais variados ramos do conhecimento, como da administração, economia, sociologia, história, e geografia que ocupa um papel de destaque, uma vez que ele provoca mudanças do objeto desta ciência: o espaço.

Desta forma surge como destaque a chamada região turística, que se define por um volume de frequência de pessoas, serviços e equipamentos turísticos, e o mais importante, tendo uma imagem característica. Assim, a idéia ou noção de região é repensada ou reconfigurada com outra visão, dentro de um nível de complexidade que abrange a produção, a circulação e o consumo, sendo que na atualidade ocorre uma predominância da circulação sobre a produção, de bens, serviços, e pessoas.

MILTON SANTOS (2002:59) alerta:

“que hoje a mobilidade se tornou uma regra e se ‘tudo voa’, um processo de desterritorialização cada vez mais se intensifica. O lugar de consumidor seja em nome da melhoria de serviços, seja em nome da melhoria de produtos, é uma condição quase que compulsória na malha produtiva atual”.

O turismo também implica na noção de distância que por sua vez está ligado a extensão e que remete a idéia de circulação. Assim sendo, fica claro ser estreita a relação entre turismo e circulação humana, onde o “turista-cliente” funciona como instrumental de uma cadeia produtiva. Tomando como base a circulação humana e subjetividade, podemos discutir a relação turismo e desenvolvimento local, procurando descobrir uma ligação entre a idéia de circulação com o termo turismo que etimologicamente tem sua origem no radical *tour* do latim e no verbo *tornare*, significando assim giro e volta. Fica assim a assertiva de como a relação turismo e desenvolvimento local podem ser compreendidos a partir das condições de turista-consumidor, morador e nativo. Tal questionamento remete às categorias de espaço, lugar e não-lugar, e levando em consideração que espaço é lugar vivido ou praticado, fica evidenciado que são as ações humanas que imprimem vida aos lugares. Assim, concordamos com SANTOS (2002:61), ao pensar o espaço como:

“...conjunto de fixos e fluxos. Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar...”

Levando em consideração esta concepção de espaço, pode-se afirmar que o turismo é um fenômeno estruturante de territorialidade, prática social e econômica que vem produzindo modos de vida dependendo da intensidade e forma como se organiza, e se recria. Esse posicionamento enfatiza a dimensão cultural das atividades turísticas percebendo que a cultura, enquanto um recriar, é um modo de intermediação global. Muito provavelmente é por isto que se denomina “alma de um lugar” os costumes, instituições, arquitetura, configuração territorial e as multiplicidades de formas e tempos na e da paisagem.

Por outro lado, o turismo deve ser planejado tentando encontrar equilíbrio entre a eficiência do crescimento econômico, igualdade na distribuição social dos recursos, e respeitando as limitações ambientais. Esta tarefa constitui-se numa engenharia complexa onde interesses antagônicos entram em conflito, exigindo especialistas habilidosos e projetos bem elaborados.

O turista sempre busca um meio diferente do seu, e invariavelmente é atraído pela *imagem-imã* do lugar, imagens que são sacralizadas pelos cartões postais, e são “vendidas” como mercadoria. Estas características diferenciam as condições de morador, turista e nativo, refletindo modos de “pertencimento”, direitos políticos e os direitos de intervir na vida política do lugar. De acordo com MILTON SANTOS (2002), o valor do espaço depende das ações que ele é susceptível de acolher, existindo uma relação de acessibilidade e cidadania que evidencia a combinação das práticas de turismo e os efeitos que produzem nos modos de vida. Por outro lado estas práticas de turismo são redefinidas pelas especificidades dos processos sócio-culturais da localidade, levantando uma grande preocupação em se repensar a gestão contemporânea, partindo das referências locais e do funcionamento em rede, e levando a repensar os limites “local-global” e a noção de lugar.

A idéia de glocalidade de Milton Santos vem evidenciar os “atravessamentos” de forças num plano macro na cotidianidade, sinalizando a existência de uma rede de interligação entre os pólos “local-global”, tendo a força do lugar como contraponto aos moldes invasores de modelos globalizantes. No caso do turismo, alguns cenários passam a ter a “mesma cara”, devido a reprodução de formas e modelos, ou ainda se as ações visando ao desenvolvimento se restringem a áreas ocupadas pela população não residente, o que termina estabelecendo uma aparente relação entre turismo e desenvolvimento local, nada verdadeira.

Desta forma o turismo como desafio ao desenvolvimento contempla o lugar, ressaltando a “vocação dos lugares”, aqui entendido como lugar geográfico ou lugar-identitário. Na atualidade, vivemos num mundo das imagens, aliás, da proliferação incessante de imagens. O mundo todo, e em especial os lugares de interesses turísticos (cidades, balneários, museus, etc.) são virtualmente “visitados” através de um site, ou nas imagens de televisão, cinema, revistas, propagandas que tornam o planeta paradoxalmente “disponível”, mas nem sempre acessível, no sentido da experimenta o, do estar presente, do vivenciar, do sentir, do acontecer. O lugar “  acontecer solidário da vida cotidiana, e cada lugar se define pelas existências corpórea e relacional” (SANTOS: 2002:256).

Assim sendo, ao discutir o lugar, SANTOS (2002:256) introduz os termos tecnosfera e psicosfera, como um conjunto indissociável que redefinem os espaços da globalização, e afirma:

“A psicosfera, reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Tanto a tecnosfera (mundo dos objetos) quanto a psicosfera (esfera de ação) são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas”.

O turismo, portanto, se caracteriza por um campo relacional que é caracterizado pela passagem para o turista e pela permanência para o residente, e assim na categoria residente-morador existem os desdobramentos, ou seja, aqueles que nasceram no lugar e os que vieram para o lugar. Entretanto, como considera SANTOS (2002:238) o “lugar” tem sua importância na produção do homem:

“Mas num mundo de movimento, a realidade e a noção de resistência do homem (...) não se esvaem. O homem mora talvez menos, ou mora muito menos tempo, mas ele mora: mesmo que ele seja desempregado ou migrante. A “residência”, o lugar de trabalho, por mais breve que sejam, são quadros de vida que têm peso na produção do homem”.

No contexto do turismo como desenvolvimento local, os APLs, também podem ser utilizados desde que se faça pequenas reformulações de maneira a adaptá-la às particularidades da atividade. O turismo envolve amplas relações intersetoriais sendo necessário identificar, organizar e articular a sua cadeia produtiva para fazer-se uma análise sistêmica. Este enfoque integrado colabora significativamente para o desenvolvimento de políticas administrativas e para o planejamento turístico. Segundo BARBOSA & ZAMBONI (2000:16), o mapeamento do arranjo produtivo do turismo é feito a partir de uma interação que envolve atrativos, infra-estrutura turística, instituições de apoio local, instituições de apoio supralocal, o meio urbano e o meio rural, bem como a posição ocupada

por cada um dos atores e as correlações que eles estabelecem entre si. Através da extensa avaliação da cadeia produtiva do turismo é possível localizar o estágio do desenvolvimento do arranjo produtivo e identificar as potencialidades e os pontos que estão prejudicando uma integração competitiva. Esse diagnóstico fornece instrumentos para a criação de ações estratégicas que fomentem soluções para as fragilidades detectadas, desafio que cabe tanto ao setor público quanto à iniciativa privada.

Aliado a questão do desenvolvimento local está a questão da gestão da atividade turística que como qualquer outra atividade econômica não é simples, principalmente devido as peculiaridades do “produto turístico”, tais como a intangibilidade, a não possibilidade de estocagem e conseqüentemente a não possibilidade de troca.

Na região da Chapada Diamantina, nossa área de interesse, o turismo a partir do fim da década de 70, passou a ser incrementado visando resgatar a estagnação econômica decorrente do declínio da mineração que teve seu apogeu na primeira metade do século XX, aproveitando-se das ‘rugosidades’ deixadas pela mineração, representadas pelas cidades da mineração, com sua arquitetura que marcou época, dos resquícios dos garimpos, e dos ‘geosímbolos’ ou ‘geossítios’ representados pela sua geodiversidade através dos produtos turísticos naturais. Segundo Fonseca (2005), os objetivos das políticas públicas de turismo, são redefinidos a fim de que este possa contribuir para o bem estar da população residente.

A região em estudo, há muito tempo vem despertando atenção principalmente pelos seus atrativos naturais, decorrentes das ações físicas, através da ação dos rios, dos ventos, num trabalhamento que produziu paisagens de rara beleza cênica, onde se destacam córregos e rios cristalinos (como o Serrano), áreas alagadas (como Marimbus), belas cachoeiras (como a da Sibéria), serras esculpidas (como a região do Pai Inácio), grutas (como a Gruta Azul) que associado ao clima ameno, devido a altitude, se tornaram por conseguinte de grande valor para a exploração turística.

Assim sendo o turismo na Chapada Diamantina é explorado na forma de lazer e recreação, sobretudo no triângulo Lençóis – Mucugê – Andaraí, localizado na zona limítrofe do Parque Nacional da Chapada, onde o ecoturismo é a principal prática, mas também na forma contemplativa da paisagem de rara beleza cênica.

As formas de relevo da Chapada Diamantina, responsável pelos aspectos paisagísticos que atraem a atividade turística estão condicionadas tanto pela sua estrutura sedimentar como pela tectônica superimposta. Na borda oeste, de Botuporã até Rio de Contas, dobramentos mais apertados, associados a faixas de cisalhamento, de grande extensão, favoreceram a formação de serras alongadas, de direção N-NW, com vales suspensos, estreitos, intercalados. Aí está o Pico dos Barbados, de 2033 m, ponto culminante da Bahia e do Nordeste. Na borda leste, de Lençóis a Morro do Chapéu, o dobramento mais aberto, com sinclinais e anticlinais de larga amplitude, favoreceram a formação de platôs e morros tabulares (mesas), com altitudes de cerca de 1000 m, tais como os conhecidos Morro de Pai Inácio, em Palmeiras e o próprio Morro do Chapéu, que dá o nome à cidade, intercalados a vales abertos, como o vale do Paty, em Lençóis. Amplos platôs calcários são encontrados ao norte da chapada, na região de Irecê.

Desta forma, a Chapada Diamantina se enquadra na forma do turismo paisagístico, com atrativos de cachoeiras, corredeiras, mananciais hídricos, cavernas, grutas, canyons, balneários, entre outros. Este tipo de turismo se faz na forma do turismo contemplativo, científico, de aventura ou ecoturismo, cultural e o agroturismo (Bordest, 1999).

Considerações Finais

O papel do poder público na organização e planejamento da atividade turística representa peça fundamental para o desenvolvimento do setor, tendo como princípio a defesa dos interesses públicos, e a sua gestão deve ter como objetivo a integração econômico social, além de agir no sentido de impedir e controlar os “efeitos nocivos do turismo”. Entendemos como efeitos nocivos, a implantação de infra-estrutura de forma ambientalmente inadequada, levando ao comprometimento dos ecossistemas.

Ressaltamos que o patrimônio natural da região da Chapada Diamantina é muito grande. A implantação de áreas de proteção e criação de parques, por si só não leva a preservação desse patrimônio, seja pela falta de fiscalização, por razões diversas que não vamos aqui discutir, seja pela falta de uma maior conscientização da população, visitante ou local, de que este patrimônio é de todos e a todos cabe a sua preservação. Esta é uma questão educacional de base, quando se incute a noção de cidadania e de coletivo.

Entretanto, uma localidade que pretende incentivar o desenvolvimento do turismo, deve investir em qualificação profissional para a população local, e aí entram as políticas públicas, que se forem efetivas, contribuem para que as comunidades das localidades onde ele ocorre, sejam participativas do processo de desenvolvimento. Por seu lado, as empresas que aí forem se instalar devem se organizar, já que vão compartilhar o mesmo território e a mesma cadeia produtiva, num processo de parceria, onde a prática da colaboração não invalida a rivalidade e a competição, caracterizando um arranjo produtivo local que se for devidamente estruturado, otimiza a atividade turística, trazendo benefícios para as empresas, turistas e a economia local.

Assim, na Chapada Diamantina, estes incentivos foram feitos através de políticas públicas, iniciadas com a construção de hotéis, o que despertou o interesse de turistas e atraiu a iniciativa privada, gerando a multiplicação de serviços e estruturando a região para um fluxo mais contínuo de visitantes que se reflete hoje no desenvolvimento local, onde a reboque da infra-estrutura para

atender a demanda turística, houve considerável desenvolvimento que se reflete no cotidiano, e fica bastante visível principalmente para aqueles que conheceram a região em fins da década de 1970.

Referências

AMARAL FILHO, J. É negócio ser pequeno, mas em grupo. In: Ana Célia Castro (Org.). Desenvolvimento em Debate: Painéis do Desenvolvimento Brasileiro. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

ÀVILA, V.F. de. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local: Campo Grande (MS), v.1, n.1, p. 63-76, 2000.

BARBOSA, M. A.C.; ZAMBONI, R.A. Formação de um cluster em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito-MS. Brasília: IPEA/CEPAL, 2000.

BORDEST, S.M.L. (Org.). Matutando turismo. Cuiabá: Eudfnt, 1999.

COELHO, F. Desenvolvimento local e construção social: o território como sujeito. In: Desenvolvimento econômico local no Brasil: as experiências recentes num contexto de descentralização. Santiago (Chile): Cepal/GTZ, 2000.

FERREIRA, A.B. de H. Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FONSECA, M.A.P. da Espaço, políticas de turismo e competitividade. Natal: Edufrn, 2005.

FRASER, J.; LEOPOFSKY, J; HICK, E.L.; WILLIAMS, J.P. The construction of the local and the limits of contemporary community building in the United States. In: Urban Affairs Review: USA, vol. 38, n. 3, p. 417-445, 2003.

FREY, K. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. Revista Sociologia Política: Curitiba, n. 21, p.165-185, 2003.

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. Revista GEOgraphia do PPGG/UFF: Niterói, ano 1, n. 1, p. 15-39, 1999.

_____. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HELMSING, A.H.J. Externalities, Learning and Governance: new perspectives on local economic development. Development and Change: The Hague, v. 32, n.2, 2001.

LEMOS, M.B; SANTOS, F.; CROCCO, M. Arranjos produtivos locais industriais periféricos: os condicionantes territoriais das externalidades restringidas e negativas. In: Encontro Nacional de Economia, 31, 2003, Belo Horizonte (MG). Anais... Belo Horizonte: ANPEC – Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia, 2003.

MARTINS, S.R. de O. Desenvolvimento local: questões teóricas e metodológicas. Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local: Campo Grande (MS), v. 3, n.5, p. 51-59, 2002.

PORTER, M.E. Location, competition and economic development: local clusters in a global economy. Economic Development Quarterly: Harvard (USA). Sage publication periodicals press, v. 14, n.1, p. 15-34, 2000.

SANTOS, M. A natureza do espaço. São Paulo: EDUSP, 2002.